

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

LUÍS EDUARDO SAMPAIO ALVES

**DESCENTRALIZANDO A PSICOLOGIA: PROPOSTA DE UM OLHAR
PARA ALÉM DO EIXO EUROPA E ESTADOS UNIDOS**

POUSO ALEGRE

2024

LUÍS EDUARDO SAMPAIO ALVES

**DESCENTRALIZANDO A PSICOLOGIA: PROPOSTA DE UM OLHAR
PARA ALÉM DO EIXO EUROPA E ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado para aprovação no curso de graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí, tendo como orientador e pesquisador responsável o Prof. Dr. Victor Hugo Sampaio Alves

POUSO ALEGRE
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Alves, Luís Eduardo Sampaio.

Descentralizando a psicologia: uma proposta de olhar para além do eixo Europa e Estados Unidos./ Luís Eduardo Sampaio Alves – Pouso Alegre: Univás, 2024.

51f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -. Universidade do Vale do Sapucaí, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Sampaio Alves.

1. Psicologias-Outras. 2. Descentralização. 3. Descolonização. 4. Psicologia-Crítica. I. Título.

CDD – 150

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa

CRB 6-3538

LUÍS EDUARDO SAMPAIO ALVES

**DESCENTRALIZANDO A PSICOLOGIA: PROPOSTA DE UM OLHAR
PARA ALÉM DO EIXO EUROPA E ESTADOS UNIDOS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado para
aprovação no curso de graduação em Psicologia da
Universidade do Vale do Sapucaí

Banca Examinadora

Victor Hugo Sampaio

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Sampaio Alves

Examinador: Prof. Me. Lucas Navaroli Ribeiro Silva

Examinador: Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Freitas

Aprovado em 6 de Novembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Melanie, que não mediu esforços para me apoiar e estar ao meu lado diante de minhas escolhas, sendo uma inspiração tanto de um ponto de vista profissional em relação à atuação do psicólogo quanto de uma perspectiva humana. À conclusão do curso devo grande parte a ela, que sempre esteve ao meu lado para prover e me potencializar.

Também agradeço ao meu irmão e orientador Victor Hugo, que durante longos meses esteve contribuindo criticamente na realização deste trabalho, mostrando com dedicação os melhores caminhos para uma robusta construção teórica.

Reservo minha gratidão a meus dois irmãos, Bruna e Luiz Guilherme, que também estiveram sempre ao meu lado, tanto indireta quanto diretamente no decorrer do curso, acreditando em mim e sendo uma base indispensável ao longo de minha formação.

Agradeço a minha avó, Deise, por possibilitar que eu reservasse meu tempo e dedicação quase integralmente ao curso, fornecendo as ferramentas necessárias durante todos os cinco anos. Junto a ela, sou grato a meu falecido avô, por ser uma figura humana exemplar a qual me norteio, seguro de que, de alguma forma, perpetuo seu legado.

Agradeço à minha companheira, Isadora, que esteve junto de mim desde o primeiro dia do curso até sua conclusão, me nutrindo de afeto, sabedoria e de um olhar socialmente crítico e comprometido, cooperando no processo de enrijecimento crítico em relação à Psicologia.

Por último, sou grato a meus queridos amigos da graduação: Thales, João Pedro, Raíssa, Emília e Fernanda; que durante todo o período de formação me apoiaram e lançaram luz ao melhor caminho diante dos incontáveis desafios. A conclusão deste trabalho devo também à vocês.

SUMÁRIO

RESUMO	
INTRODUÇÃO	6
1. COLONIALISMO E PRIVAÇÃO: A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA	10
2. EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DE DOMINAÇÃO: A INFILTRAÇÃO NEOLIBERAL NA PSICOLOGIA	18
3. PSICOLOGIAS-OUTRAS: A PSICOLOGIA COMO POTENCIALIZAÇÃO DO COLETIVO	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5. REFERÊNCIAS	45

RESUMO

O presente trabalho busca esmiuçar as teorias e abordagens mais vigentes da prática clínica do profissional psicólogo no intuito de compreender de que maneira a Psicologia enquanto ciência repercute lógicas de dominação tipicamente associadas à uma leitura colonial das relações. Cabe à própria área realizar uma autocrítica quanto a seu papel histórico, no intuito de garantir uma prática cada vez mais acessível que busque promover a saúde mental não enquanto noção individualizada, mas como parte de uma compreensão coletiva. É cabível que, com base no previamente explicitado, se pense a origem da psicologia e seu caráter primordialmente atrelado à uma lógica segregacionista que pouco atendia às demandas de classes menos abastadas, que sequer possuíam acesso ao serviço da psicologia. Portanto, o presente trabalho vem no sentido de contribuir na idealização de uma prática horizontal, que contribua e valorize com os conhecimentos teóricos produzidos e enrijecidos por povos historicamente oprimidos e nações terceiro-mundistas, trazendo à tona conhecimentos invisibilizados e culturalmente sufocados pelo moinho da história.

Palavras-chave: Psicologias-outras; Descentralização; Descolonização; Psicologia-crítica

ABSTRACT

The present work seeks to delve into the most current theories and approaches of the psychologist's clinical practice in order to understand how Psychology as a science reverberates logics of domination typically associated with a colonial reading of relations. It is up to the field itself to engage in self-criticism regarding its historical role, aiming to ensure an increasingly accessible practice that seeks to promote mental health not as an individualized notion, but as part of a collective understanding. It is pertinent, based on the previously stated, to consider the origin of psychology and its primarily segregationist logic, which poorly addressed the demands of less affluent classes, who lacked access to psychological services. Therefore, this work aims to contribute to the idealization of a horizontal practice that contributes to and values the theoretical knowledge produced and solidified by historically oppressed peoples and third-world nations, bringing to light knowledge that has been invisibilized and culturally stifled by the mill of history.

Keywords: Other-psychologies; Decentralization; Decolonization; Critical-psychology.

INTRODUÇÃO

Ao desenvolver interesse pessoal por leituras na área da psicologia e da descolonialidade, vi confrontadas diversas ideias introduzidas no decorrer do processo de graduação; sendo que grande parte do debate que permeia o conceito da práxis “descolonial” gira em torno de, justamente, buscar compreender quais as ferramentas de poder e dominação se infiltraram como uma sangria no pragmatismo científico ocidental. E é no desenvolvimento desta cisão que a Psicologia, enquanto prática científica, também se vê confrontada. Ademais, não se trata de uma ciência inata fruto da própria natureza, mas uma ferramenta elaborada e estruturada pela própria mente humana; o que consiste em avaliar o contexto no qual foi desenhada, o propósito a que tal prática servia e suas raízes mais fundamentais; o que irá se tornar grande parte do presente trabalho.

Diante do exposto, diversos foram os conceitos habituais da psicologia enquanto campo que me soaram tão amplamente difundidos única e exclusivamente por sua origem estritamente europeia (ou, por vezes, estadunidense), pensados para a realidade europeia e idealizados para reforçar uma lógica que muito agrada a perpetuação da dominação de corpos já explorados até a última gota de suor por séculos a fio, como nas palavras do Martinicano Frantz Fanon (2022, p.23), que fundamentará parte substancial desta pesquisa: “Desses homens famintos exige-se um regime de austeridade, a esses músculos atrofiados pede-se um trabalho desmedido”. Um subjetivismo tacanho foi, durante anos, a máxima da psicologia; regendo com maestria uma ciência positivista que propunha atender às demandas da elite metropolitana; sendo assim, tal como se espera, utilizando-se ao extremo da lógica individualista que aparta o indivíduo do social.

Evidente que, de forma alguma pretende-se esmiuçar todos os pormenores de cada linha de pensamento ou invalidar os trabalhos já tão conhecidos das abordagens que encontram maior mercado nos dias de hoje, mas, ao contrário; o intuito reside justamente em compreender de que maneira podemos empregar estas práticas sem repercutir uma lógica colonial em suas entrelinhas e, sim, empregá-las adaptadas à realidade latino-americana (e de todo o terceiro mundo, tão historicamente sobrepujado pela violenta maré colonial), embasando-se em reflexões como a do pesquisador Ian Parker (2014, p. 55): “Uma vez que fomos reduzidos a uma relação entre coisas pela psicologia, vamos imaginar as nossas

relações com os outros e com nossas habilidades criativas como se elas fossem coisas”. Para isso, é imprescindível que pensemos Psicologias Outras, que pensemos práticas semelhantes à do profissional psicólogo nos povos originários, nos quilombos, ou, para sumarizar, em todo e qualquer espaço em que a humanidade tenha sido violentamente negada à outras pessoas, utilizando-se do argumento de que seria necessário levar a civilização a estes povos. O colonialismo trabalha de maneiras variadas, nem sempre empregando da violência (no sentido cru do termo) física; ele, conscientemente, busca internalizar nos povos colonizados sua própria lógica, estimulando na escassez o conflito entre aqueles assolados por sua inescrupulosa sede de domínio. Trabalha com a anulação da cultura destes povos, invalidando suas identidades, suas maneiras de se expressar e seus anseios. Ainda nas palavras de Frantz Fanon (2022, p.49): “Porém, no mais profundo do seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma instância. É dominado, mas não domesticado. É inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade”. Portanto, resgatar a memória e prática destes povos não é sinal de virtude, mas um dever.

Para que o presente trabalho não se atenha única e exclusivamente à origem da Psicologia, é imprescindível que se discuta a forma como as práticas supracitadas são instrumentalizadas na contemporaneidade, e com qual propósito. Com isso, é preciso compreender o contexto atual em que a prática clínica está inserida, uma vez que o colonialismo, hoje, opera de mãos dadas a diferentes ferramentas de dominação. O neoliberalismo, que assola de maneira aterradora o século XXI, é um dos expoentes máximos de perpetuação de poder pelo Norte Global, utilizando-se da propaganda, de embargos econômicos, fuga de cérebros e vários outros métodos para assegurar seus domínios sobre países de Terceiro Mundo. Como bem se sabe, é evidente que a Psicologia também seria instrumentalizada para cumprir parte desse objetivo; ao longo da execução desta pesquisa, veremos de qual maneira e quais as principais introjeções que a ideologia neoliberal busca perpetuar.

Para que seja possível à Psicologia, enquanto ciência, desatar a corda em torno de seu pescoço que a prende à um passado de conivência e dominação, é essencial que se lance luz à debates, artigos e reflexões que buscam ir à contramão de uma Psicologia encastelada, munida durante décadas por uma aversão à autocrítica. Trata-se, justamente, de conduzir o estudo e a prática visando retirar o profissional psicólogo de um lugar de suposto-saber diante das

peessoas que atende, para que o lugar de autoridade só se faça presente para delimitar as barreiras éticas profissionais que o trabalho demanda. Seria mesmo do interesse dos profissionais da área, de forma geral, seguir a pressupostos importados do centro do capitalismo que nada dizem a nosso respeito; salvo no intuito de apontar-nos enquanto selvagens que pouco tem a crescer no desenvolvimento científico?

O presente trabalho busca realizar um ensaio, de caráter crítico, utilizando de autores amplamente debatidos hoje na academia, para que se compreenda de fato a que pé a discussão se encontra nos dias atuais. Assim, torna-se factível a construção de uma tese concreta que atenda ao que se propõe. Visando se fazer valer de sua fama enquanto arautos da sabedoria do sujeito e suas subjetividades, a Psicologia abdicou de uma compreensão de fato coerente do ser em si, despindo-o de sua origem sócio-histórica-econômica (ademais, a forma como uma sociedade se organiza economicamente é parte substancial daquilo que compõem o psiquismo dos indivíduos nela inseridos).

Ao colocar em voga esta questão, é cristalino que o colonialismo e seu potencial destrutivo é, diversas vezes, subestimado; principalmente no que tange sua capacidade de introjetar percepções alternativas da realidade que enaltecem o colonizador em detrimento do colonizado e seus hábitos, costumes e linguagens. Ainda que se interprete o ambiente onde o indivíduo está inserido e suas experiências individuais, isso não basta enquanto ferramenta de análise; pode ser o suficiente para sanar questões pontuais, mas ao deixar de compreender em qual lado da corda o sujeito está inserido na lógica de poder, abdica-se também de compreendê-lo enquanto sujeito ativo, capaz de executar mudanças (mesmo que a nível mínimo) que se estendam para além de si, influenciando também no coletivo.

Dentro dessa noção, a intenção não reside em inferir que todas as práticas das abordagens de grande circulação da psicologia falham em tratar o sujeito enquanto agente coletivo, mas sim que, usualmente, as noções interpretativas destas tendem a compreender a noção de “sócio-histórico” do indivíduo apenas avaliando suas próprias condições materiais atuais e seu território de origem; desconsiderando o passado primordial do sujeito, suas concepções basilares da vida em sociedade definidas através de um rigoroso processo de colonização que, fazendo-se valer de métodos brutais, delimitou horizontes de gerações a fio dos povos assolados por estas potências. Portanto, o desenvolvimento do presente trabalho precisa de um resgate histórico no caminho da compreensão justa dos fenômenos que se

expressam na contemporaneidade, sendo que é imprescindível recordar o passado para entender os pormenores que estruturam o hoje, seja na prática científica, seja nas relações humanas ou mesmo nas vicissitudes do convívio social.

1. COLONIALISMO E PRIVAÇÃO: A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA

Para que se possa de fato compreender o colonialismo em sua totalidade, é essencial que se revise a representação simbólica, a forma concreta de ação dessa política e todas as ferramentas de manipulação e dominação psíquico-linguístico-imagética perpetuadas até a contemporaneidade. Nos dias de hoje, as relações de mercado e diplomacia são, ainda, dotadas de heranças do colonialismo originário, ainda que utilizando-se de outros métodos; ao passo que vemos essa lógica se reproduzir nas cadeias de produção, na exploração da mão-de-obra em países de terceiro mundo, na precarização do trabalho e em diversas outras políticas que apontam em direção à uma lógica vivaz entre metrópole-colônia, mesmo que, hoje, a nova expressão dessa política tende a aparecer enquanto seu estágio superior: o imperialismo (vale salientar que isso não implica a inexistência do colonialismo nos dias atuais, uma vez que este mantém-se ainda vivo e validado sobre a égide do direito internacional estabelecido pelas grandes potências). Visando dar início ao presente estudo, cabe apresentarmos a compreensão acerca do colonialismo empregada na fundamentação teórica do presente capítulo, além de uma breve explanação concernente ao imperialismo; já de antemão sendo válido apontar que ambos os termos são bastante auto explicativos e podem ser definidos de forma basilar como: “colonialismo sendo aquilo que as metrópoles fazem na prática colonial e suas implicações nos países assolado por ela e imperialismo sendo (posto de forma rudimentar) aquilo que o império faz” (Parenti, 2010; p.2).

Historicamente, é sabido que a estruturação da sociedade Ocidental tal como hoje a conhecemos ocorreu por meio de um processo de expansão e conquista territorial, seja por vias marítimas ou longas encruzilhadas que estabeleciam rotas por terra, com o conhecimento que dispunham as grandes capitais da Europa (conhecimento este nem sempre integralmente acurado, conforme constam os diversos episódios de desvios desnecessários e erros de trajetória). Nos séculos a fio em que observamos essa sanha por domínio de terras, por conquista de obras primas e moedas de troca, milhões de corpos ficaram pelo caminho, se fazendo valer de uma animalização constante do indivíduo colonizado, empregando uma

linguagem *zoológica* (Fanon, 2022; p.39), termo muito bem empregado pelo saber *fanoniano* ao referir-se à estas pessoas.

O colonialismo originário, tal como citado anteriormente, empregava uma lógica de dominação sobre o pretexto de promoção civilizacional, submetendo outros (diversos) povos à sua forma de organização e estruturação social, empregando de inúmeras formas de repressão e contenção destas populações que, a despeito de uma retórica falsa e revisionista da história que incute uma suposta submissão à estes povos, resistiram e travaram batalhas sangrentas pelo direito de existir e subsistir à partir da própria terra. Dominadas as terras mundo afora, as colônias passaram a produzir, conviver e se projetar enquanto civilização sempre em função da metrópole, anulando, até mesmo, suas próprias convicções culturais e valores singulares. As nações colonizadas se viram contratualmente obrigadas a intensificar a extração de seus bens da terra, da fauna e da flora para exportar às colônias, entregando (a contra-gosto dos nativos) suas posses mais valiosas para a tutela de seus algozes, como pautado em:

Mais precisamente, se eu desviar o olhar do homem para enxergar as nações, constato que aqui novamente o perigo é grande; que o empreendimento colonial é, no mundo moderno, o que foi o imperialismo romano no mundo antigo: o preparador do Desastre e o precursor da Catástrofe. Do quê? Os índios massacrados, o mundo muçulmano espoliado, o mundo chinês por um bom século conspurcado e desnaturado; o mundo negro desqualificado; vozes imensas para sempre extintas; lares espalhados ao vento; todo esse estrago, todo esse desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo, e você acredita que tudo isso não tem um preço? A verdade é que a perda da própria Europa está inscrita nessa política, e que a Europa, se não for cuidadosa, perecerá do vazio que causou a seu redor. (Césaire, 2020; p.73)

Por *imperialismo*, por sua vez, podemos compreender a forma como as grandes potências do norte global exercem dominação sobre os países subdesenvolvidos, ou melhor, *superexplorados*¹. Trata-se justamente da dinâmica de poder que dita a geopolítica à nível global e as decisões que influem sobre as relações entre as nações de modo geral; parte crucial da tarefa de compreender o termo reside em entender o motivo de algumas destas nações

¹ Parenti (1986 - Universidade do Colorado - Informação verbal). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8grjwOqnwFo>

terem maior poder de decisão e influência em diversos Estados enquanto outras sequer tem suas reivindicações reconhecidas. Seria uma simplificação exagerada, porém, acreditar que o conceito abarca apenas este ponto já contemplado, sendo o poder de influência destes grandes impérios substancialmente mais impactante, inferindo, inclusive, na forma em que estes estados subjugados devem legislar, responder politicamente às próprias demandas, o acesso a recursos externos e comercialização, à maneira como devem se projetar globalmente, como bem explanado a seguir:

(...) O imperialismo é definido da seguinte maneira: o processo pelo qual os interesses dos investidores dominantes em um país utilizam o poder militar e financeiro sobre outro país para expropriar a terra, o trabalho, o capital, os recursos naturais, o comércio e os mercados desse outro país. Em suma, os impérios não buscam apenas poder pelo poder. Há interesses materiais reais em jogo, fortunas a serem feitas muitas vezes. Por trás do Coronel Blimp estava a Companhia das Índias Orientais e o Banco da Inglaterra. Por trás de Teddy Roosevelt e dos Fuzileiros Navais dos EUA estavam a United Fruit Company e Wall Street. A intervenção tem como objetivo enriquecer os investidores e manter o mundo seguro para eles. (Parenti, 2011; p.7; tradução livre).

Compreendidos os conceitos à nível de sua *superestrutura*, cabe debruçarmos nos pormenores que edificam sua projeção no mundo real; quais as ferramentas e métodos aplicados para que a soberania e o domínio de *uns* sobre *outros* persista. É pertinente, como ponto de partida, que abordemos um dos fundamentos primordiais daquilo que permeia o convívio humano no dito vir-a-ser social; a linguagem. Ao ilustrar, pragmaticamente, o desenvolvimento humano, a linguagem aparece enquanto uma das categorias incontornáveis. A teoria psicanalítica compreende que os meses iniciais da criança são marcados por uma profunda dificuldade de pensar-se enquanto um indivíduo limitado em si, sendo que o bebê enxerga na figura de seus pais ou responsáveis uma extensão do eu, um ego contínuo que não é delimitado pelo próprio corpo físico, mas pela relação de dependência. Conforme abordado pelo filósofo Anselm Jappe (2021, p.102):

Segundo alguns autores, dar-se-ia um ‘segundo nascimento’, um ‘nascimento psicológico’ (Margaret Mahler), mais ou menos a partir do quinto mês de vida; só então o pequeno humano atinge sensivelmente o grau de maturação que os outros primatas têm de nascença. Só então a criança percebe que existe realmente enquanto ser distinto dos que o rodeiam e, gradualmente, sai da relação ‘simbiótica’ com a mãe.

É justamente ao longo deste processo que o indivíduo passa a processar os fenômenos da linguagem enquanto ferramenta comunicativa, enquanto uma maneira de transmitir o desejo em direção a conquista de um objeto; geralmente atrelado às suas necessidades fisiológicas imprescindíveis para manutenção da vida. Portanto, no desenvolvimento da comunicação enquanto tal é que se transmite para a criança as noções basilares do certo e do errado, é neste desenvolvimento que se imprime aspectos culturais ligados diretamente à forma de se expressar, a compreensão com relação ao que é válido e ao que não é. Aqui, reside a necessidade de retornar à Fanon (2008, p.330): “Falar é estar em condições de empregar uma certa *sintaxe*, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo *assumir* uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (grifos nossos).

Compreender a linguagem enquanto ferramenta de comunicação não necessariamente atrelada ao ato da fala, mas também podendo ser empenhada por gestos, vestimentas, ruídos, etc..., é compreendê-la sobre a ótica do simbólico, dotada de valores e noções ligados à cultura. Historicamente, o colonialismo já impunha suas normativas neste período da vida; privando aos povos originários o direito à própria expressão e atribuindo um valor inferior quando equiparada à produção cultural do homem branco. Ao discutir esta privação desde a mais tenra idade, é justo que se pense na sua representação para além de si, nas implicações psíquicas dessa restrição; tanto coletivamente nos grupos de indivíduos colonizados, tanto individualmente em cada um desses sujeitos. Cabe alinhar que a desvalorização da linguagem enquanto manifestação cultural de um povo não ocorre única e exclusivamente mediante à privação ou limitação de seu acesso; por vezes, o homem branco usurpou para si manifestações culturais dos povos assolados pela expansão da lógica colonial enquanto parte da própria trajetória histórica, enquanto símbolo da própria identidade. Notamos exemplos práticos dessa questão em incontáveis vertentes de formas de expressão artística; seja na música, nas esculturas, pinturas, etc...

Vale aqui delongar algumas linhas mais de destaque a uma dessas formas de manifestação cultural: o rock 'n' roll. Diversos estudos apontam a origem do gênero como sendo no pós-Segunda Guerra, o que de fato não é impreciso; mas pouco se fala da gênese primordial da musicalidade que compõem o estilo, gênese esta que é resultado da miscigenação cultural de diversos povos. Aqui, é importante apoiarmos na contribuição da professora Paula Guerra (2015; p.147):

Apesar de uma recusa ideológica que alguns insistem em perpetuar, parte da história americana e, conseqüentemente, da história do rock'n'roll tem raízes negras. Na verdade, e embora seja algo pouco cômodo para muitos, o rock'n'roll começa com a escravatura, por isso, para compreendê-lo é necessário perceber igualmente o que foi a escravatura e qual o papel desempenhados pelos americanos de origem africana na construção da cultura americana, em geral, e do rock, em particular.

Estudar toda e qualquer forma de produção artística humana sem dimensionar o aspecto da conjuntura histórica em que foi impulsionado, sobre quais circunstâncias e entre quais camadas da sociedade mais reverberava; é fazer um estudo incompleto e tendencioso. Ao olhar por esta ótica, conclui-se que grande parte daquilo que hoje entendemos enquanto arte tem origem nas mentes e nas tradições culturais de povos colonizados ao redor de todo o globo; (Guerra, 2015, p.147) “(...) é redutor perspectivar o rock unicamente como música negra, devendo antes ser encarado como o produto de encontro de pessoas e culturas diferentes, que fazem dele uma forte e relevante forma de arte intercultural”.

Ao negar o direito à cultura de todo um povo, o homem-branco iludiu-se quanto a sua própria capacidade de privar e limitar, uma vez que muito do que embasava a trajetória histórica do branco enquanto etnia residia justamente em sua relação com etnias outras, principalmente através da repressão e opressão sistemática destes povos; entretanto, enquanto parte imprescindível desta equação, o próprio homem branco viu-se contemplando e se apropriando de manifestações artísticas e culturais de suas vítimas. Tendo explicitado essa linha de raciocínio, vale expandir essa noção para o campo das ciências, a princípio sem dividi-la em especialidades e campos específicos do saber, mas de forma generalizada; os conhecimentos de povos originários, de civilizações sobrepujadas em conflitos e dominadas quase que integralmente pela sanha colonial, foram e ainda são integradas no Saber Ocidental, a exemplo da elaboração de medicamentos a partir de materiais naturais, mas não só; é devido

aos povos originários da América Latina que as civilizações ali situadas desenvolveram o hábito do asseamento e promoção da higiene pessoal, por exemplo, prática até hoje comum e generalizada.

No campo do saber científico, o homem branco buscou emplacar suas leituras e interpretações de mundo à civilizações que dele diferem; fenômeno observável até mesmo na produção acadêmica. Buscar ler o mundo de povos originários com as lentes do homem branco retrata um conflito até hoje vigente no campo da antropologia e das ciências sociais de forma geral, principalmente ao impor preceitos teóricos tipicamente advindos de uma produção de conhecimento eurocêntrica que define uma métrica normativa aos padrões sócio-estruturais da sociedade Ocidental. Ter isso em mente é de suma importância para a produção intelectual no campo da Psicologia enquanto ciência, visando realizar uma produção acadêmica que reconheça as limitações do próprio campo, seja no aspecto de desenvolvimento teórico, seja no campo da prática.

Ao desenvolver um trabalho horizontal na prática da psicologia em todas as suas formas de expressão e trabalho, é essencial que o profissional esteja munido dos mais diversos saberes com relação ao seu local de atuação. Visando conhecer as aflições daqueles que de seu trabalho dependem, é essencial que se extrapole essa concepção do sofrimento para além de uma lógica puramente individual, mas enquanto manifestação de um adoecimento também do coletivo, ainda mais no que tange o conceito de privação abordado no presente capítulo. O processo de atribuir uma individualidade à manifestações generalizadas de alguma forma de sofrimento vêm no sentido de destituir um potencial responsável por esse sofrimento de sua posição; seja uma estrutura de organização adoecedora (a exemplo do trabalho a ser executado em uma empresa), seja, de forma mais ampla, uma forma de organização social de produção e mercado, no caso do capitalismo elevado à sua nova potência, o neoliberalismo, a ser abordado mais adiante na presente pesquisa.

Ainda que, a exemplo dos povos originários, estes indivíduos tenham sido coagidos à privação em todas suas manifestações, estas civilizações jamais cederam à pressão, permitindo-se rememorar sua própria fundamentação simbólica enquanto parte constitutiva da expressão, não apenas individual mas também a nível coletivo. A recordação sempre desempenhou papel de posicionamento histórico, de afirmação enquanto civilização e indivíduo; como explicitado pelo psicanalista David Pavón-Cuéllar (2022, p.55):

A psicoterapia tsotsil, como o próprio Holland revela, faz com que o sujeito reconheça o presente do passado, o 'induz' a 'reassumir um papel tradicionalmente definido' e permite reestabelecer a 'conformidade com o antigo modo de vida'. Assim como esquecer é adoecer, recordar é curar, voltar à realidade, ao mundo feito de passado e não apenas de presente.

Potencializar a própria existência, para estes povos subjugados, perpassa necessariamente por um trabalho de revisitar suas origens e seu repertório cultural, sendo que esta tarefa representa mais do que apenas uma autoafirmação, mas também uma negação à privação, trata-se justamente de realizar o movimento oposto, visando a expansão da autopercepção e da permissão de ser e existir enquanto tal, dotado de suas próprias noções ancestrais; o profissional que executa este resgate histórico-cultural deixa de restringir-se à uma lógica puramente individual no processo psicoterapêutico.

Seguindo no que concerne o conceito de privação, enquanto este fenômeno de restrição do desempenho da própria expressão cultural e singular de todo um povo, é conveniente que se identifique linguagens e posturas atreladas à esta forma de perpetuar a lógica colonial; portanto, cabe uma breve exposição do conceito de universalismo, que, de maneira geral, busca suprimir as particularidades de cada organização social, cultura ou subcultura sobre uma mesma égide, tendo na definição de ser humano uma pedra angular que configura a todos como iguais. Entretanto, esta retórica não passa de um sofisma apelativo utópico, uma vez que a proposta central deste raciocínio idealiza o homem ocidental, preferencialmente Europeu, enquanto modelo basilar a ser seguido, como sinônimo imediato do que é ser humano. Essa prática considera que apenas o homem Ocidental possui "vocaçào (...) para inserir os povos atrasados no âmbito da civilização" (Mises, 1922; p.220), como propõe aquele que foi um dos expoentes do liberalismo clássico. A ideia de uma base em comum universal que abraça a todos vem justamente no sentido de uma aniquilação do que é histórico, do material e conteúdo basilar de fundamentação de vários povos enquanto conteúdo digno de estudo, reconhecimento e elocubração; conteúdo este que singulariza um aglutinado social enquanto povo.

Para o enrijecimento argumentativo idealizado para a presente pesquisa, é essencial que o ponto abordado anteriormente se faça presente. Reconhecer os pontos que diferem e singularizam distintos povos e etnias é estabelecer mérito à soberania destes povos em

questão, além de definir um ponto de partida para uma compreensão justa de toda a trajetória histórica desta organização social, sendo que é a partir disso que se pavimenta um caminho rumo à compreensão de constantes no sofrimento psíquico que remontam a um germe civilizacional similar (evidente que as questões se manifestam de forma singular e individual, a depender de diversos fatores externos específicos de cada sujeito). Além disso, pensar as influências da carga histórica do passado é idealizar caminhos possíveis para o presente, utilizando-se das ferramentas disponíveis para questionar a ordem social vigente, que por tantos anos permitiu e perpetuou a segregação enquanto prática política, novamente nas palavras de Fanon (2022, p. 227): “Não basta se reunir com o povo nesse passado no qual ele não está mais, mas nesse movimento oscilante que ele acaba de esboçar e a partir do qual subitamente tudo vai ser questionado.” A psicologia precisa cooperar nesse processo de questionamento, visando integrar o sujeito a seu pertencimento e identificação enquanto ser social, de forma coletiva; apenas ao ampliar a visão desta maneira é possível compreender o sujeito em sua integralidade.

2. EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DE DOMINAÇÃO: A INFILTRAÇÃO NEOLIBERAL NA PSICOLOGIA

Com o passar dos anos, a Psicologia moldou-se de acordo com o momento histórico-material em que se situava, visando sua popularização enquanto uma prática digna de atenção e como ferramenta necessária com potencial de inserção no cotidiano da sociedade, de maneira geral (não entrando aqui no mérito de, usualmente, ter seu acesso restrito à uma camada favorecida financeiramente da população). Na contemporaneidade, não poderia ser diferente; a psicologia constantemente recalcula sua rota visando tornar-se palatável para atender a um programa neoliberal de organização social; no presente capítulo, discorreremos sobre este mérito. Reconhecer a materialidade que cerca as relações humanas é traçar a linha do possível, rumo à uma compreensão mais justa e transparente das potencialidades do sujeito; em todos seus sentidos possíveis. Eis a necessidade da compreensão desta organização econômico-social que hoje é realidade quase globalmente.

Por neoliberalismo, compreende-se a estrutura econômica hoje vigente que buscou reinventar e modernizar preceitos do liberalismo clássico proposto por autores como John Locke (1632 - 1704); Adam Smith (1723 - 1790); John Stuart Mill (1806 - 1873), etc... Ao notar uma necessidade de reformulação de seus preceitos morais, o neoliberalismo buscou lidar de outra maneira diante do advento do pensamento progressista e de sua constante crescente, visando usurpar de forma oportunista questões pontuais pertinentes que tornavam-se pauta (claro que sempre utilizando-se daquelas que não desafiavam os valores da família e da propriedade privada); no intuito de atribuir um véu supostamente mais inclusivo em sua retórica, ainda que, na prática, mantivesse uma linha política conservadora nas pautas apoiadas na política institucional e em seus valores intrínsecos, que apontam à um apelo ferrenho às tradições e ao papel da família. Ainda que, no discurso às massas, os neoliberais repudiassem vorazmente o papel do Estado e suas intervenções, quando podiam servir-se deste mesmo Estado para garantir a dita regularização do Mercado, o faziam; como bem vemos em:

Porque as tarefas mais importantes cabem a ele (ao Estado): a proteção não apenas da propriedade privada mas também da paz, porque, em sua ausência, os benefícios da propriedade privada não podem ser garantidos, (...) deve não apenas proteger a propriedade privada; deve também ser constituído de tal forma que o curso harmonioso e pacífico de seu desenvolvimento nunca seja interrompido por guerras civis, revoluções ou insurreições (Mises, 2018, p. 39)

Para essa escola de pensamento, o Estado deve agir enquanto ferramenta da iniciativa privada e aos interesses particulares daqueles que, nele, conseguem se infiltrar; seja através da política institucional, de iniciativas de parceria público-privadas ou de quaisquer outras maneiras. Vale salientar que essa infiltração se dá de forma abrupta e segue ocorrendo em diversas nações, já que é do interesse de grandes corporações e conglomerados de investimento que ela ocorra, sendo que temos como expoente máximo o princípio histórico das vitórias angariadas mediante essa infiltração os governos de Augusto Pinochet (1915 - 2006), no Chile, Margaret Thatcher (1925 - 2013), no Reino Unido e Ronald Reagan (1911 - 2004), nos Estados Unidos da América. Esse processo ocorre com uma série de medidas anti-igualitárias, medidas de corte e “austeridade” fiscal, visando enxugar ao máximo “gastos” em bens de interesse público, tais como saúde pública, educação universal e segurança; sempre no intuito de regar de investimentos parcerias com o setor privado para, posteriormente, colher os frutos. O momento tido como a estaca zero da promoção do neoliberalismo enquanto ideologia de organização de mercado trata-se do Colóquio Walter Lippmann, como vemos a seguir:

Assim, quando o termo “neoliberalismo” surge no Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, no ano 1938, ele simboliza o esforço para restaurar certas bases teóricas do liberalismo, num contexto em que este havia perdido hegemonia. Esse ideário, tão múltiplo em suas formulações quanto em suas práticas, desenvolve-se nas décadas seguintes em think tanks com apoio maciço de corporações. Seu principal polo de organização, a partir de 1947, é a Sociedade Mont Pèlerin. (Franco *et al.*, 2021; p.65)

Essa ideologia atribui, com ainda mais sucesso que seu antecessor (o liberalismo clássico), a responsabilidade completa ao indivíduo, transformando a sobrevivência diante às adversidades como mera ocasião gerada pelas escolhas do próprio sujeito, trazendo em voga

novamente todo o conceito meritocrático de superação dos empecilhos como capacidade de *management* ou, ainda, “gerenciamento” na expressão máxima do dito *laissez-faire*. A articulação econômica de uma nação pode comprometer bem mais do que simplesmente a questão psíquica de cada um, mas também a organização social, a atribuição dos valores e toda a estrutura organizacional em seu entorno. Na atual idealização vendida aos trabalhadores, estabilidade emocional é uma meta que só pode ser atingida pelo lucro exacerbado, uma vez que o luxo do descanso só pode estar disponível para aqueles que “batalharam” por ele. Assim sendo, a tristeza e o cansaço não são mais responsabilidade daqueles que o exploram até à última gota, e sim de um fracasso próprio, personificado, no que se torna o desenrolar do episódio descrito como “aprimoramento de si mesmo”; a tristeza é fruto de um trabalho não concluído, de um esforço não feito, sendo o trabalho a única forma possível de sanar essa questão, numa visão pós-moderna neoliberal da frase estampada nos portais de campos de concentração nazistas: *Arbeit macht frei* (o trabalho liberta).

Essa responsabilização incessante do indivíduo é parte de um programa que trabalha, não só com o psicológico, mas também com o comunitário; como bem explicitado pelo estudioso inglês Mark Fisher (2020, p. 144): “O trabalho de autovigilância que se exige rotineiramente dos trabalhadores - todas aquelas auto avaliações, revisões de performance, livros de registro - seria, como nos é dito, um preço pequeno a pagar para manter nossos empregos”. A necessidade material é tanta e as garantias de acesso a direitos básicos são tão frágeis que a ilusão da estabilidade em um serviço não regulamentado e mal remunerado torna-se alvo de desejo.

A Psicologia desenvolve papel central na reverberação de pautas neoliberais que vem ascendendo com brutalidade e ocupando diversos aspectos do estar social; reforçando lógicas individualizantes que visam inculcar no sujeito responsabilidade integral por suas aflições, despindo de críticas o sistema que dita sua conduta relacional, sua forma de viver e conviver, além de seus valores morais e tradicionais. É justo dizer que a psicologia cessa de realizar seu trabalho ao empregar uma tônica de atuação que não reconhece na concretude social, na geopolítica e no imperativo econômico um papel central, seja na forma de lidar com o adoecimento do sujeito seja na forma deste mesmo indivíduo trabalhar seu sofrimento cotidianamente, quando não está na presença do psicólogo que conduz o caso, como bem estruturado à seguir:

Assim, nossas formas de sofrer são permeadas por uma gramática radicalmente social. Em outras palavras, cabe a questão: o que nós, enquanto sociedade, reconhecemos ou não como um relato de sofrimento? A resposta a essa pergunta baliza o horizonte acerca da dimensão social do sofrimento. Assim, a forma como os sujeitos articulam suas narrativas individuais dependem intrinsecamente do campo coletivo, linguístico e laboral pelo qual os sujeitos estão inseridos e pelo horizonte valorativo que reconhece tais atividades humanas (Maia.; 2022, p. 29) .

Portanto, é imprescindível que a Psicologia enquanto campo reconheça suas limitações mais imediatas no desempenho de sua prática clínica, sendo que é justamente num constante trabalho de desmistificação de moralismos personalizantes que a ciência precisará se debruçar em muitos dos casos, transparecendo no ambiente clínico que o adoecimento singular do sujeito é um sintoma micro de um distúrbio macro, para além de si.

Para conduzir o presente estudo é essencial que se compreenda a Psicologia enquanto uma ciência humana, em todos os sentidos; seja em sua gênese, seja em seu aparato teórico e objeto de estudo; não foi originada da natureza. Isso implica que possui uma estrutura basilar dotada de valores, atribuições e aparatos também humanos. É nessa perspectiva que podemos traçar sua origem primordialmente aristocrática, ligada aos problemas do homem branco europeu, como desmembrado abaixo:

Somente na Modernidade, quando os seres naturais não forem mais relacionados a uma ordem ideal, mas abordados em sua profundidade empírica e histórica é que o homem será descortinado como Ser Empírico (objeto natural). Contudo, este mesmo homem é duplicado de Ser Empírico em Ser Transcendental (sujeito fundamentante) por uma série de filosofias antropológicas como a Dialética, o Positivismo e a Fenomenologia. Para Foucault é do cruzamento destas ciências empíricas do homem com as filosofias antropológicas que nasceriam as ciências humanas como a Psicologia. (Ferreira Neto, 2006; p.48).

Sendo importante destacar, para não incorrer no erro da injustiça, que já haviam saberes atrelados à Psicologia desde o século XVIII, embora ainda não fossem estruturados enquanto uma ciência propriamente dita até o advento da Modernidade.

Refletir sobre a origem de um campo do saber, de uma ciência em constante atualização, não implica, necessariamente, a necessidade de olhar para seu germe com nostalgia, visando sempre restaurar um suposto estado de origem. Por tal motivo, teorias,

postulados e hipóteses precisam ser sempre estimuladas na produção de conhecimento, sendo que é apenas através deste trabalho incansável e ininterrupto que a sabedoria humana se renova; sempre apontando críticas pertinentes a seu passado, presente e futuro. Com base nisso, é chegado o momento de angariar discussões concernentes ao papel desempenhado pela Psicologia de forma estrutural, e para tal, é imprescindível que se discuta o lugar do *sofrimento* enquanto fenômeno nos moldes de uma sociedade neoliberal; uma vez que, em diversos casos, esse fenômeno não configura enquanto um *estado*, mas enquanto uma *constante*, que de forma incessante aplica duros golpes em sua vítima, que mesmo diante da dor sente-se compelido à seguir. Situarmos historicamente a vivência do sofrimento trata-se de compreender suas distintas manifestações, alinhadas à uma concretude material que dita as possibilidades de sua expressão, como observamos em:

Ao longo do tempo e nas diferentes formas de vida, a humanidade deparou-se com diversas configurações de sofrimento. Essa constante, no entanto, pode nos levar ao equívoco de que o sofrimento seria uma experiência ahistórica, isto é, inerente à natureza humana e desprovida de qualquer relação com a vida social. Apesar dessa aparência, apelo aqui para uma concepção histórica do sofrimento, pois, ainda que ele não deixe, de fato, de nos acompanhar desde as épocas mais remotas, também deixa de ser uma experiência radicalmente determinada por nossas construções sociais - e históricas -, uma vez que o sofrimento depende de uma gramática estruturada pelo desejo pela linguagem e pelo trabalho (...). (Maia, 2022, p.28)

As dinâmicas produtivas e a lógica de mercado encontram caminhos para se esgueirar em diversas esferas do *estar* social, sendo a *saúde mental* e a condução de seu tratamento igualmente afetados. Compreender de qual maneira é desenhar os caminhos factíveis rumo à um horizonte *outro*, visando perspectivar uma relação não mercantilizada na busca da promoção da saúde mental, que de forma alguma pode se desvincular da saúde *fisiológica* e dos direitos e possibilidades do indivíduo de forma integral. Reside neste sentido à importância de um trabalho *multidisciplinar*, unindo a compreensão de diversas áreas da saúde em torno de um *mesmo* paciente, sempre no intuito de idealizar um plano de ação *singular*, adaptado a seu cenário específico; é de interesse comum que essa troca ocorra, sendo que isentar-se de uma compreensão integral do sujeito é compreendê-lo desmembrado, observando-o a partir de um prisma parcial que ofusca a projeção do sujeito enquanto *multifacetado*. Este trabalho, contemplado pelas mais diversas linhas de atuação, também

precisa agir no sentido de reconhecer as possibilidades dentro de cada área, evitando o dito *salvacionismo* tão comum em profissionais da área da saúde, que não permite denotar as limitações e barreiras materiais da própria prática, característica imprescindível para conduzir o caso de forma honesta e lúcida.

Ao adentrar nesse mérito, torna-se visível a necessidade de discutir políticas públicas que visem possibilitar ao sujeito o acesso à seus direitos primordiais, estas questões sendo, na atual conjectura e na estrutura de organização social de nosso país, integralmente responsabilidade do Estado. Com base nessa noção, entende-se o quão danosa pode ser uma estrutura político-econômica que vise limitar o poder do Estado em *prover*; pois, aqui, *prover* diz respeito à dar oportunidade para o sujeito *vir-a-ser*, para conquistar o que almeja e possuir as ferramentas possíveis para contornar as adversidades. Limitar “gastos” em saúde, educação, lazer e segurança é a linha de atuação típica perpetrada pelo neoliberalismo, no pretexto de “enxugar” as despesas; enquanto oferecem a solução no setor privado, restringindo o acesso para aqueles que dele podem usufruir. Exemplo recente é a privatização da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), tendo sobrado apenas 18% da Companhia sob controle do Estado, numa transação comprovadamente subvalorizada em que o Governo do Estado de São Paulo abriu mão de cerca de oito bilhões de reais na venda da posse das ações, conforme consta matéria do jornal Brasil de Fato (BRASIL DE FATO, 2024). Aqui temos um exemplo claro da política do lucro privado, utilizando-se de uma necessidade fisiologicamente humana para tal e passando a garantia do direito ao saneamento básico para responsabilidade não mais da iniciativa estatal, mas privada; ação corriqueira para este sistema político-econômico, bem como vemos em:

Esse direito que se forma espontaneamente não é outro senão o direito privado, que inclui o direito comercial e penal, e prevalece sobre os conteúdos da vontade coletiva em um sistema social no qual cada um persegue suas finalidades individuais, sem comparação ou combinação com as de outros, com exceção das transações contratuais que lhes servem. (Dardot *et al.*, 2021; p.114)

A política empregada pela lógica neoliberal é predatória em diversos sentidos, pois precisa desta forma de trabalhar para se manter operante. Falamos aqui de um ataque não apenas aos direitos basilares de subsistência humana, mas à uma constante depredação da

integridade psíquica da classe que depende do trabalho para manter-se. É através de manipulação de conceitos e valores morais intrinsecamente ligados a sociedade ocidental que a retórica se esgueira, encontrando lacunas possíveis para fundamentação de um ideário ligado à noção de sucesso, usualmente perpetuando este discurso nas classes menos abastadas, no intuito de fortalecer uma rede de potenciais trabalhadores que aceitem desempenhar suas respectivas funções em condições paupérrimas, sempre mirando um ilusório lugar no pódio que jamais reservou vagas para estes indivíduos e seus semelhantes.

A retórica se sustenta e se retroalimenta e caracterizar o responsável pela miséria se torna tarefa hercúlea, uma vez que a culpabilização individual torna-se uma máxima no discurso daqueles despossados dos direitos primordiais de manutenção da própria vida. Aqui, entramos no mérito dos discursos supostamente motivacionais, que se fazem valer da capacidade de *autogerenciamento* como um ídolo mitológico a ser defendido, como suposto representante ideal de uma sociabilidade desejada; esse discurso ganha força e torna-se imperativo com o avanço do acesso à informação e com o empenho das *big-techs*, que promovem, através de algoritmos e programação, discursos consonantes a essa valorização da capacidade de se *autogerir*, de se organizar e, a despeito de qualquer adversidade, conquistar os próprios sonhos e o tão almejado *sucesso*.

À partir do supracitado, começa a desenhar-se o método de inserção de pautas e valores tipicamente neoliberais nas ciências humanas, especificamente na Psicologia. Apontar o plano de atuação não é o mesmo que desenhar os métodos pensados para que essa inserção aconteça, sendo que o plano diz respeito à *estrutura* política do processo e os métodos a *forma* de projetá-lo na realidade, estes sendo diversificados e encontrando repouso em inúmeras manifestações do cotidiano, grande parte das vezes passando despercebidas. O potencial destrutivo dessa lógica já é o fruto de ouro de estudos diversos no campo da psicologia e da psiquiatria, mas reserva-se àqueles que se debruçam numa perspectiva *crítica* de seus próprios campos; não à toa. Aqui, nota-se que apontar a existência de um valor *político-ideológico* nas retóricas hegemônicas da clínica individualizada é um trabalho tido como *rebelde* e que, grande parte das vezes, é lançado às margens da produção acadêmica e silenciado (Parker, 2014; p.91) , ao passo que nota-se um esforço sobrehumano que visa envolver a ciência numa suposta rigidez apolítica e sagrada que nunca, sequer, existiu. Ao refletir sobre essa questão, conclui-se que existe um interesse escuso em trabalhar com essa perspectiva, que vai em

direção de blindar e posicionar a ciência num campo imune às adversidades e aflições tipicamente sociais, independentes do aparato sócio-político que a cerca; assim, seus enfoques e prioridades são única e exclusivamente de caráter individual daquele que instrumentaliza a prática e a pesquisa científica, em detrimento de um sintoma social das construções do próprio *meio* em que o sujeito se insere.

Mais uma vez, tocamos na questão que é prioridade recorrente da agenda neoliberal: a compartimentalização social com destino final sendo o sujeito *apartado* do meio, despido de suas atribuições enquanto sujeito coletivo, visando atingir a individualização enquanto estado definitivo no processo de tornar-se pessoa, ainda que tenha a percepção plena da competição enquanto regra social na sociedade gerida pela potência do capital, como ilustrado em:

Quer seja apresentada como realidade inelutável, à qual a adaptação seria assunto de vida ou morte, quer seja descrita como um “desafio” ou uma “oportunidade” para a inovação e a liberdade de empreender, essa guerra de competitividade representa o axioma que se impõe hoje à totalidade das reformas econômicas e políticas, constituindo, assim, a base da neoliberalização do trabalho (Dardot *et al.*, p.227)

Para que a competição despertasse enquanto força máxima da concepção do coletivo foi realizado um trabalho histórico de décadas de desmantelamento das potências sindicais e de instrumentos coletivos de luta pela conquista por direitos dos trabalhadores enquanto classe, tendo sido o principal foco de empenho de energia na política neoliberal reprimir violentamente o avanço dessas forças, enxergando nelas um potencial de enfrentamento ao planejamento basilar de uma sociedade que se pretende e se projeta num futuro pautado pela *competição*.

Justamente devido à estes méritos, os principais teóricos deste processo de repaginação do liberalismo clássico do século XIX propunham uma linha de combate ainda mais incisiva contra as organizações de trabalhadores e teriam se orgulhado ao ver suas ideias postas em prática; principalmente no Reino Unido de *Margaret Thatcher* (alguns, como Hayek, tiveram a oportunidade de auxiliar na implementação ativa em vida dessa política de repressão), quando, do início de 1984 até o ano de 1985 estourou uma massiva greve entre mineiros que lutavam por direitos trabalhistas e contra os diversos casos de demissões maciças injustificadas, visando diminuir o número de empregados e ampliar a carga de trabalho. O movimento de resistência, encabeçado por uma organização à nível nacional, a NUM;

National Union of Mineworkers (União Nacional dos Mineiros), foi duramente reprimido por forças militarizadas armadas, dando início à uma verdadeira guerra civil. O resultado final deste episódio foi de 11.313 detenções, sete mil feridos, 5.653 condenados, 960 demitidos, duzentos presos e onze mortos, entre 165 mil grevistas, conforme constam levantamentos feitos pela imprensa na época. Algum tempo depois, a organização foi dissolvida à mando do governo britânico. Aqui, vemos uma explanação à cerca deste episódio, que, até a contemporaneidade, marca a memória da classe trabalhadora britânica:

A derrota dos mineiros, abandonados pelos trabalhistas, conduziu a uma derrota generalizada do mundo operário por meio de leis que reduziram o campo e a possibilidade de ação das organizações dos assalariados: proibição do *closed shop*, obrigatoriedade do voto em cédulas secretas para decidir a greve, responsabilização penal dos sindicatos quando de ações ilegais etc. Thatcher pôs em prática as instruções de Hayek de opor sistematicamente a primazia do direito à reivindicação social, o que implicaria, de fato, criminalizar a ação sindical. (Dardot *et al*; p.231)

Os danos perpetrados ao psiquismo de pessoas assalariadas enquanto consequência deste tipo de atuação política concreta são inúmeros, ultrapassando uma questão única e exclusivamente material; é um trabalho de desmantelamento e esvaziamento *simbólico* com relação às questões mais fundamentais da reflexão concernente à vivência humana, trata-se de uma realocação de valores do *ser*, de redistribuição das energias psíquicas mais humanas, que se redirecionam também para a lógica do *consumo*; sendo que o destino final não poderia ser diferente quando refletimos sobre as bases próprias da estrutura econômica vigente, que impera quase que como uma ode ao lucro e ao giro do grande *capital*.

Se, no passado, a força coletiva era tida como um potencial aliado às massas pela garantia dos próprios direitos, hoje, é tida como um espaço infrutífero de lutas em que o trabalhador teme inserir-se e sofrer as mais distintas consequências que envolvem retaliação e perseguição; o sujeito vê-se apartado de seus semelhantes e passa a estudar formas de triunfar sobre estes, por todos os meios necessários. Passa a aceitar horas extras sem remuneração, deixa de lado seu direito às férias, realiza atividades sem qualquer envolvimento com suas obrigações enquanto empregado, dentre outras maneiras de buscar provar-se; mirando, a partir de uma perspectiva ilusória, alcançar o acesso exponencial a mais direitos através de uma escalada hierárquica. É justamente essa a posição desejada e planejada para a classe operária, mas não pela própria, que abdica do direito de contestar, garantindo o conforto do patronato.

Aqui, tocamos no ponto do despejo de energia psíquica à uma forma *outra* de buscar conquistar sua subsistência, forma esta que não viesse através do conflito, da disputa de terreno ideológico e do direito de ser e vigorar enquanto classe; o neoliberalismo teve sucesso em pautar *pseudo*-soluções e vender enquanto alternativa, sempre no intuito de individualizar e compartimentalizar o sujeito, como vemos em:

Mas o aprofundamento desse processo exigia uma destituição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva. Ou seja, tratava-se de passar do social ao psíquico e levar sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados. Para tanto, seria necessário que a própria noção de conflito desaparecesse do horizonte de constituição da estrutura psíquica, que uma subjetividade própria a um esportista preocupado com performances se generalizar, e para isso a mobilização de processos de internalização disciplinar de pressupostos morais era fundamental. Por isso, as modalidades neoliberais de intervenção deveriam se dar em dois níveis, a saber, no nível social e no nível psíquico. (Safatle *et al.*, 2021; p. 25)

Incontáveis são os danos que a política de repressão sistematizada podem acarretar, seja a nível individual, seja coletivamente. Importante salientar que por *repressão* compreende-se o uso de forças militarizadas do Estado, visando a manutenção e proteção da propriedade privada, através de aparatos violentos que visam conter potenciais revoltas efusivas por parte de toda uma classe; trata-se de uma redefinição na lógica do valor em todos os âmbitos do convívio social. Mesmo o sujeito de poucos bens, que têm acesso restrito a seus direitos mais basilares e se quer pode cogitar a possibilidade de afastar-se do trabalho (por qualquer motivo que seja) sente-se compelido a defender a propriedade privada por uma compreensão distorcida de seu significado último. Mais um ganho da linha política vigente reside nessa ressignificação simbólica de preceitos da teoria econômica, através de jargões e *showmans* da vida pública, convencem a população pobre a prezar pelos luxos de multimilionários, fazendo crer na ilusão de, um dia, ocupar aquele lugar. Com o advento da modernidade, esse discurso meritocrático tem encontrado formas de comunicar e ressoar desde a juventude, utilizando-se da dinâmica dos meios de informação e da produção de conteúdo em redes sociais.

Essa ampliação da retórica neoliberal se deu de maneira abrupta e em escalas astronômicas, sendo intensificada na era da *globalização* e da informação, ao passo que a tecnologia tem sido um facilitador no trabalho de disseminação de perspectivas e noções

ideológicas. A juventude habituou-se a buscar conhecimento em redes sociais, navegando por visões diversas de um único tema, até encontrar-se munido das ideias que ressoam às próprias percepções. Chegado este ponto, a lógica algorítmica das redes passa a pautar as informações que chegam, enrijecendo uma bolha virtual que repercute ideais semelhantes. Completamente integrado nessa realidade, o jovem moderno passa à utilizar da métrica comparativa das redes sociais para estudar a própria vida, os conflitos pessoais, seu cotidiano e suas relações de maneira geral; aqui, a Psicologia nas redes vem à tona, muitas vezes vulgarizando o saber científico enquanto ferramenta de respostas pontuais, enquanto ciência que visa responder questões e conflitos com bordões e frases de efeito. O jovem, desamparado de maior auxílio, passa a consumir e pautar suas percepções através dessa simplificação da Psicologia nas redes sociais, passa a adotar preceitos e comportamentos que absorve destes conteúdos, acreditando piamente nos conselhos de internautas (alguns deles, se quer graduados na área).

A ponte com o presente capítulo reside no fato de que essa vulgarização acontece de forma bruta, atribuindo um personalismo-individualista enquanto máxima na condução de conflitos e dificuldades rotineiras; no intuito de solucionar as digressões do cotidiano, os aflitos tipicamente humanos e o sofrimento que, grande parte das vezes, é sintoma social, basta buscar em si uma repaginação comportamental, uma mudança de hábitos, uma inversão de valores, a prática de exercícios físicos ou, em grande parte das vezes, buscar um profissional já com sua hipótese diagnóstica em punho.

Cabe considerar que o efeito prático dessa alienação do sujeito do coletivo acarreta os mais diversos efeitos e conduz o olhar com relação às prioridades do indivíduo; na faixa etária de adolescentes e jovens adultos, como citado anteriormente, essa forma de *estar* no mundo leva à uma constante necessidade por pertencimento, por ver-se parte de algo que o identifique enquanto sujeito, consequência de um contexto exponencialmente mais agressivo diante da coletividade. Nessa busca, o jovem se insere nos mais diversificados cenários, numa pujante busca por tornar-se integrado enquanto parte de algo que extrapole o *si mesmo*, ainda que através de um traço de personalidade, uma forma de portar-se ou, em casos mais extremos, através da possibilidade de encaixar-se num diagnóstico. O indivíduo, então, parte numa busca ativa por um profissional que ressoe essa possibilidade, que atribua à ele justamente o lugar em que se vê compelido a ocupar, ainda como um episódio no processo de compreender-se sujeito. Trata-se de uma *pseudo*-resposta direta e palpável que visa chegar à uma conclusão de

seus questionamentos mais íntimos sobre a própria individualidade, ao passo que este sujeito se vê integrado numa lógica coletiva de como o paciente com condição X tende a se apresentar ao mundo.

Evidente que falamos aqui de um cenário específico, não sendo o intuito apontar o diagnóstico *per se* enquanto um inimigo; uma vez que, em diversos casos, essa conclusão diagnóstica representa um alívio e um ponto final ao sofrimento de uma vida toda de incertezas e inseguranças, além de pintar um horizonte factível no tratamento e contenção de possíveis manifestações nocivas ao próprio sujeito. O ponto central da crítica reside na mercantilização do diagnóstico o tendo como a *finalidade* do processo psicoterapêutico em um quadro geral, em detrimento de seu reconhecimento enquanto um *meio*, por vezes, necessário para traçar um plano de ação àquele caso em específico; é justamente essa lógica de mercado que faz uso dessa necessidade pela integração coletiva como aparato visando o *boom* diagnóstico relacionados à questões psiquiátricas, psicomotoras e cognitivas que hoje vivemos, conforme podemos observar em:

(...) identificamos diversas estratégias que marcam o traço reformatório neoliberal frente à noção de transtorno mental, tais como a amenização eufemista dos transtornos mentais para que os sujeitos possam se vincular a eles sem estigma, o aumento exponencial de categorias diagnósticas de maneira a patologizar diversas esferas da vida psíquica que antes não mereciam diagnóstico (...) (Neves *et al.*; 2021; p. 131).

Compreender a natureza dos transtornos mentais vai para além de estudar sua manifestação e suas implicações fisiológicas, uma vez que, os impactos sociais advindos da obtenção do diagnóstico são incontáveis. Para critério de ilustração, a forma como o sujeito laudado com questões psíquicas é lido na contemporaneidade difere substancialmente de algumas (poucas) décadas atrás, ainda que, inegavelmente, os estigmas ainda se fazem muito presentes. Por mais que uma perspectiva manicomial siga presente com algum vigor, a internação tem deixado seu posto de único recurso possível para o sujeito diagnosticado com transtornos mentais (vale observar que, na prática e nas políticas públicas, ainda vigora enquanto solução máxima; sendo que é no estudo acadêmico e nos profissionais comprometidos com a resistência antimanicomial que se observa essa produção crítica diante

da internação enquanto prática terapêutica), abrindo espaço para novas formas de compreender, concretamente, o sujeito; concebendo todas suas nuances enquanto partes imprescindíveis de sua integridade psíquica. Aqui, é necessário reconhecer o esforço dos profissionais da psicologia e da psiquiatria que pautaram, no passado, a reforma psiquiátrica em nosso país, no ano de 1970; que avançaram contra o aprisionamento e a segregação enquanto solução, lógica que pervertia a noção mais basilar do que se compreende enquanto cuidado, promoção de saúde e tratamento.

Visando detalhar mais à fundo a relação entre a existência primeira do diagnóstico com suas implicações sociais dentro de seu contexto sócio-político e a compreensão de qual a aplicabilidade real da internação, vale voltarmos à Nader:

A ditadura militar brasileira, além de inflacionar o modelo hospitalocêntrico de atenção à saúde mental, também produziu efeitos semelhantes aos ocorridos na Europa após a Segunda Grande Guerra. Politicamente, em especial após 1968, viu-se uma extensiva perseguição aos diversos setores da população brasileira que se opunham ao regime militar. Os direitos restringidos, a censura foi instalada e diversas formas de repressão de tudo o que subvertesse o discurso e as práticas oficiais foram impostas: prisões, exílios, torturas, assassinatos ou qualquer outra ação necessária para silenciar a oposição - incluindo o envio desses opositores políticos a manicômios para ali, junto com os outros ditos loucos, serem emudecidos e esquecidos (...). (Nader, 2019; p. 61).

Ao estabelecermos essa questão, passamos a entender que a repressão à loucura possui caráter necessariamente político e se faz presente nas mais diversas manifestações da Psicologia moderna, que, por sua vez, encontra-se ambientada num cenário igualmente autoritário, em que a produção desenfreada de bens de consumo, a mercantilização de direitos e a extrapolação da lógica de valor para âmbitos antes inexplorados (principalmente pela falta de recursos tecnológicos para concretização destas empreitadas) vigoram com força máxima.

Dissecar o neoliberalismo é visualizar seu germe autoritário, que visa preservar (através dos órgãos repressivos do Estado) a propriedade privada e os bens materiais daqueles que detém posse do poder, sendo que não há, sequer, um véu de uma suposta moralidade encobrendo estas intenções, uma vez que a linha política apresenta-se de forma cristalina à partir de um panorama *prático*, essa política é sentida, vivida e naturalizada cotidianamente por todos àqueles que assistem, sistematicamente, a supressão desenfreada de seus próprios direitos; no decorrer deste processo meticuloso de dominação, a lógica neoliberal desenha, à

revelia das vontades e das necessidades mais viscerais dos profissionais de cada saber específico, qual o horizonte possível de atuação para as mais diversas áreas do conhecimento humano, seja através do estímulo mediante financiamento de pesquisas que corroborem com seus discursos, seja através do corte de direitos para estudiosos que combatam frontalmente a ideologia vigente ou mediante outros (vários) métodos. Já tendo esmiuçado um pouco dessa infiltração na psicologia, vamos para além, estabelecendo a ponte com a norma psiquiátrica vigente e adentrando mais o mérito da patologização do *ser* e da *medicalização da vida* (Oliveira, 2018; p.15).

Seguro dizer que a forma como hoje a psicologia, no geral, se projeta e se permite ser conduzida muito tem a ver com o lugar em que aprendeu a colocar a Ciência, numa relação quase que de uma filha superprotegida que aprendeu, a duras penas, com a mãe a se misturar apenas com *boas* influências. Fato é que, aqui, entra uma perspectiva puramente subjetiva do que é válido enquanto saber; sendo que descartar aquilo que (supostamente) foge à norma da ciência implica em limitar o trabalho do Psicólogo a uma forma única de atuar, a uma maneira única de enxergar e trabalhar o ser humano e suas questões, ressentindo qualquer tipo de abstração ou forma simbólica de lidar com conteúdos internos. Visando substanciar este ponto, cabe apelarmos às três demarcações de atuação prática que norteiam a Psicologia Baseada em Evidências, como bem apontou Berg (2019; p.856; tradução livre):

- (I) Uma demarcação prática entre práticas legítimas e ilegítimas de psicoterapia.
- (II) Uma demarcação epistêmica entre ciência e não-ciência.
- (III) Uma demarcação ética implícita que favorece uma ética normativa particular (utilitarismo).

Ao adentrar este mérito, passamos a compreender que até mesmo a noção atrelada ao conceito de *evidência* vem carregada de subjetividades e perspectivas singulares, estas sendo também profundamente ideológicas. Neste caso, a evidência é tida como um resultado palpável fruto uma ação primeira; entretanto, até a percepção de qual precisa ser o resultado desejado é relativo às diversas abordagens, sendo que para a PBE (Psicologia Baseada em Evidências) a meta é trabalhar o sintoma, visando que ele cesse de se manifestar ou apresente-se com menor intensidade. Conforme vê-se à seguir (Leonardi, Meyer; 2015), estes foram os critérios de avaliação que definiriam se um tratamento terapêutico seria “sustentado empiricamente”:

- I) Dois ou mais ensaios clínicos randomizados conduzidos por diferentes pesquisadores que demonstrassem que aquele tratamento era superior a placebo ou a outras intervenções psicoterápicas ou que eram equivalentes a um tratamento já estabelecido em estudos estatisticamente significantes;
- II) Nove ou mais experimentos de caso único conduzidos por diferentes pesquisadores que demonstrassem que aquele tratamento era superior a placebo ou a outros tratamentos já estabelecidos.

Nota-se aqui um direcionamento específico com relação ao resultado desejado numa prática devidamente “empírica”, direcionamento este que segue uma normativa singular que visa alcançar uma meta. Aqui, entra parte pertinente da crítica a psicologia protocolar que atua de forma direcionada, buscando solucionar questões específicas que assolam o sujeito para, então, torná-lo novamente apto a cumprir suas funções enquanto trabalhador, estudante, pesquisador, etc... Sobressai aos olhos a lógica puramente utilitarista por trás dessa maneira de abordar o trabalho do profissional da psicologia, lógica esta perpetrada, muitas vezes, pelo próprio profissional. Numa sociedade em que a produção vigora enquanto entidade divina a ser defendida e glorificada, o indivíduo vê-se materialmente compelido a seguir produzindo, ainda que em meio a aflições pessoais, adoecimento e outras adversidades que o assolam. O sujeito precisa prontificar-se em retornar a seu melhor estado, recorrendo, muitas vezes, às formas mais rápidas e protocolares para tal. Como bem posto em:

Aqui se desnuda uma íntima relação entre economia e ciência, mais especificamente, entre a psiquiatria com seus saberes e o neoliberalismo com sua lógica de produção de tamponamentos para as fragilidades, inconsistências e precariedades humanas segundo o critério da produtividade máxima a todo momento. (Neves et al. 2021, p.163)

Ou, ainda, à seguir:

Ora, a mudança descrita da medicina moderna para medicina contemporânea, a diluição da noção de doença e a intensificação das práticas médicas de aprimoramento, parecem obedecer à mesma estrutura que essa mudança vista no mundo empresarial. Aqui não existe mais o braço de ferro entre norma e desvio, saúde doença, trabalho e anseios pessoais etc. Há, antes, uma busca de performance e autossuperação através das tecnologias disponíveis, em que podemos ser sempre uma versão melhor de nós mesmos: mais saudáveis, mais dispostos, mais inteligentes ou criativos. O *enhancement* humano parece ser uma marca, presente na psiquiatria contemporânea, de sua íntima relação com a lógica neoliberal de gestão do sofrimento, cujo denominador comum entre os saberes psis e a prática neoliberal seria o processo de esvaziamento e de dissolução dos conflitos. (Neves et al. 2021, p.166)

Ao debruçar-se sobre estas questões, clarifica-se o fato de que a forma como a prática da psicologia encontra sua expressão e validação na realidade diz respeito, diretamente, às prioridades mais basilares da civilização em que encontra-se contida. Portanto, correlacionar o neoliberalismo e sua perpetuação enquanto regra na organização sócio-econômica do Século XXI com a forma mercadológica de uma psicologia da produtividade que se municia de uma linha de atuação *utilitarista* (Berg, 2019) da prática é tarefa menos trabalhosa do que aparenta à primeira mão; já que basta compreender os princípios que norteiam a prática mesma num contexto de *supervalorização* das “evidências”. Diversas são as ocasiões em que outras práticas de abstração tipicamente ligadas à abordagens outras precisam encontrar formas de se validar enquanto *dignas*, com resultados claros o suficiente para serem reconhecidas dentro de seu próprio escopo profissional. Este processo acaba se firmando enquanto uma restrição da prática, enquanto uma forma de dar um respaldo social a um modo de trabalhar e conduzir o *setting* psicoterapêutico em detrimento de outros, haja visto que existe um suposto crivo científico rigoroso por trás que reconhece um mérito mais robusto.

Ao desenhar o horizonte que guia a perspectiva de *ideal* para a prática da Psicologia num contexto de neoliberalismo e flexibilização de medidas anti-populares, passa-se a compreender o intuito dessa busca por uma ciência de uma face só, que pense sobre os mesmos prismas singularizantes no que concerne às diferentes manifestações do sofrimento (manifestações estas que, em grande parte dos casos, são profundamente sociais). Ao possuir apenas uma mesma perspectiva sobre uma questão-problema, os distintos caminhos para resolvê-la se dissolvem, restando apenas uma única alternativa enquanto resposta: *medicalização*. Vale salientar que isso não implica dizer que o tratamento é tocado *apenas* com o uso dos psicofármacos, mas, ainda, que estes são parte relevante e presente com frequência nesta equação do *cuidar* tocada pela Psicologia Baseada em Evidências unida aos profissionais da psiquiatria. Importante realizarmos uma retomada histórica para apontar o fato de que a ascensão da PBE enquanto força do campo teórico da Psicologia se deu após a ampliação desta perspectiva científicista no campo da medicina e, portanto, desempenhou (inicialmente) um importante papel no caminho da profissionalização da psicologia e de

reconhecimento enquanto ferramenta de estudo e de trabalho de intervenção ativa à saúde humana (Leonardi, Meyer; 2015).

Perpassadas as questões acima, cabe fechar o presente capítulo apontando novamente a ideia de que a Psicologia, enquanto área, é profundamente diversa e multifacetada, existindo perspectivas críticas de atuação que reconhecem as limitações do campo e suas principais debilidades, principalmente no que concerne às leituras referentes ao coletivo. Hoje, são diversos os pesquisadores que buscam formas de ampliar essa visão sujeito-centrada, buscando abordar questões *macro* que influem diretamente no *micro*. Essa expansão de percepção permite a fundamentação de novas formas de trabalho, concebendo uma psicologia crítica que, inserida numa estrutura vigente, encontre as melhores formas de atribuir suas debilidades e seus impactos diretos na saúde psíquica do sujeito em questão, sem o receio de atribuir responsabilidade àqueles que de fato a possuam. Trata-se, portanto, de permitir com que a própria área se desenvolva e amadureça criticamente, compreendendo suas limitações de aspecto prático.

3. PSICOLOGIAS-OUTRAS: A PSICOLOGIA COMO POTENCIALIZAÇÃO DO COLETIVO

No decorrer do presente trabalho, ocupamo-nos ostensivamente da tarefa de apontar as maiores debilidades da Psicologia enquanto campo e sua forma de se projetar na contemporaneidade, munindo, também, de certo resgate histórico de seu estabelecimento enquanto campo do saber, tanto na área da saúde quanto nas humanidades. Portanto, o enfoque principal do presente capítulo consistirá em elaborar e reconhecer diferentes práticas que, ou podem ser incorporadas na psicologia visando torná-la mais socialmente comprometida, ou que já fazem parte do escopo destes profissionais mas de forma mais marginal e contra-hegemônica. Com base nesse pressuposto, reside o interesse em pensar a psicologia de forma *descentralizada* e *desvinculada* do norte global, seu berço de origem tal como hoje a conhecemos.

Aqui entra as contribuições dos povos originários de América, que pensavam e pensam práticas bastante pertinentes de manutenção da saúde mental (que, em muitos destes casos, acaba se entrelaçando com a noção de *espiritualidade*), sendo que grande parte delas convidam o leitor à uma retomada de noções e percepções de natureza simbólica que caminham pelo campo da capacidade de abstração, significação e manifestações tipicamente atreladas ao *metafísico*, diz-se *retomada* justamente devido à essa perda da capacidade de pensar para além do palpável, daquilo que diz respeito ao *imaginário* e a leitura de fenômenos sem um apego irrestrito à um cientificismo do mundo material palpável, como bem exemplificado em:

É possível identificar, nos exemplos anteriores, um notável abandono do espaço interior, dos abismos da alma ou dos conflitos psíquicos. E “aquilo que somos” passa a se estruturar em torno do corpo biológico. Como analisa Sfez (1996), a interioridade seria aquilo que constitui meu ser. Na filosofia clássica dualista, esta dimensão do ser chamava-se “alma”, e era distinta do corpo (aparência). O que este autor sinaliza é que este sentido de “alma” transmigrar, ela passou a habitar um lugar precisa. Mantendo seus traços de interioridade e segredo, ela mudou de nome e de matéria: agora são os genes que compõem nossa alma. Eles desempenham o papel dela, são nossa essência individuada. (Furtado, 2018; p.45)

Considerar os fenômenos ligados ao universo do *espiritual* enquanto fator pertinente a ser analisado é voltar a dar vazão para preceitos tipicamente humanos, direcionando novamente a atenção para questionamentos de natureza existencial, reconhecendo seu valor enquanto fator de aflição e estruturação psíquica, enquanto parte da constituição do sujeito. Seguro dizer que o esvaziamento destas atribuições também perpassam pela constante sublimação e apagamento dos saberes de povos originários, numa operação sistemática de invalidação destes povos enquanto estudiosos do mundo, do campo da saúde, das relações humanas e da aplicabilidade de noções basilares sobre convivência e interação com os diversos elementos do *estar* em vida.

Estes povos, conforme estruturamos à partir das contribuições de David Pavón Cuellar (2022) no presente capítulo, possuem leituras distintas sobre questões como a *singularidade*, sobre *intersubjetividade*, sobre *diálogo* e *horizontalidade*; discussões, por vezes, pouco presente ou, até mesmo, apagadas na psicologia contemporânea tal como a trabalhamos na atual conjectura e em nosso intercâmbio relacional enquanto Psicólogos Clínicos e estudiosos das relações, tal como concebido em:

A quase nenhum psicólogo mexicano ou centro-americano ocorreria levar a sério uma pessoa indígena, dialogar com ela como uma colega, lê-la como uma autora, ou simplesmente prestar-lhe atenção como alguém de quem se tem algo que aprender no campo psicológico. Para que seu ensinamento fosse valorizado, deveria antes estudar psicologia, preferencialmente até o doutorado, mas então já não seria ela mesma como indígena, senão ela como psicóloga, quem seria levada a sério. Aprender-se ia dela porque haveria se desindigenizado. (Pavón-Cuellar; 2022; p.23)

Retomar perspectivas distintas de organização social, que desviam do caminho a que a sociedade ocidental optou por tomar, é debruçar sobre as questões que influem categoricamente no cotidiano da grande maioria da população; trata-se de questionar os próprios valores e as prioridades da civilização que dita toda uma postura relacional, num trabalho que é, também, profundamente psíquico, uma vez que confrontar a si é um desafio constante de repaginação e reestruturação de concepções enraizadas que enrijecem o sujeito e traçam diversas linhas morais que dividem a leitura do mundo em *certo* e *errado*.

Ademais, trata-se, também, de repensar a própria forma de ler a si, tarefa que abarca a sua *subjetividade* e como esta influi no mundo material, principalmente no que concerne às questões do coletivo. As bases enrijecidas e nada flexíveis que edificam a civilização que

circunda o homem moderno, por vezes, não facilita a abertura para uma nova concepção de reflexões e abstrações, tornando o sujeito situado neste cenário profundamente inseguro de repensar as próprias vivências, defendendo rigorosamente o direito de permanecer inserido em seu *locus* histórico, protegendo de forma hercúlea as concepções individuais e sua maneira de pensar sua existência mesma. Trata-se, também, de uma perda sistemática da capacidade de angariar e recordar toda uma trajetória histórica que hoje concebe a própria concretude, numa concepção tão linear do tempo que o sujeito passa a deixar de considerar o *passado* como parte imprescindível no caminho de compreensão do *presente*, conforme descrito em:

É preciso lembrar para pensar, mas também para existir. Os indígenas mesoamericanos não são tão ingênuos, como nós, a ponto de acreditar que existem depois de seu passado. Ao contrário de nós, eles têm consciência de existirem sempre e ainda em seu passado, cercados por ele, devendo recordá-lo para perceber o mundo em que vivem, mas também tendo de lutar com ele e lidar com ele para poder estar neste mundo e avançar convenientemente para qualquer lugar. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.54)

O autor aborda especificamente os povos mesoamericanos, mas é evidente que podemos extrapolar a base de sua argumentação para as visões e concepções de tempo dos povos indígenas de forma geral, uma vez que a noção mais imediata de tempo muito se relaciona com a necessidade de subsistir em luta, num processo atemporal de *resistência*, de autodefesa e direito de autodeterminação. Os povos originários de todo o mundo se viram constantemente obrigados a batalhar pelo direito à terra, tanto para trabalhá-la e nela produzir quanto para protegê-la enquanto solo sagrado; não havia possibilidade de acordo e realocação justamente por uma compreensão distinta no que concerne o valor do solo, como vemos explicitado em documento relativo aos *lakota*, povo indígena dos Estados Unidos da América:

Os lakota não estavam interessados em fazer acordos e não concebiam essas colinas sagradas como algo que poderia ser comprado ou vendido. O coronel John E. Smith notou que essa era “a única parte [da reserva] que lhes valia alguma coisa” e concluiu que “nada menos que a sua aniquilação seria necessária para obtê-la”. (Bollinger, 2009, *apud*. Manoel, Landi; 2020, p.322)

A trajetória histórica desses povos explica, por vezes, grande parte das concepções e ideias que norteiam suas práticas e comportamentos a nível civilizacional, uma vez que o convívio com a repressão e a supressão cultural desempenham, incontestadamente, impacto

direto na *práxis* social. A exemplo primário deste mérito, é pertinente que abordemos a questão da *coletividade* e da *subjetividade* já citada anteriormente, visando compreender que, em diversos casos, estas duas coisas se encontram intimamente ligadas na tônica social, quase que se misturando de forma homogênea e tornando-se uma unidade. O aspecto filosófico e simbólico por trás dessa conjugação *espiritual* que liga um mesmo povo a nível de *comunidade* se faz muito presente, falamos aqui, novamente, de um conjunto de valores sociais perpassados geracionalmente, valores estes que norteiam o cotidiano e a projeção destes sujeitos na realidade. No trecho em destaque abaixo vê-se o aspecto simbólico por trás dessa expressão coletiva:

Ainda quando reduzimos o sujeito a seu aspecto social, o vemos unicamente como um indivíduo socializado ou bem influenciado, educado, moldado, ou, no máximo, constituído pela sociedade a que pertence. Não somos capazes de concebê-lo como os *nahuas*, por meio da noção de *teyolia*, como um coração do povo, como uma subjetivação da sociedade, como uma alma que é a presença mesma da comunidade, como uma ramificação do ramo comunitário. De fato, ao ser essa ramificação da comunidade, *teyolia* transcende qualquer definição atual do objeto da psicologia. A transcende ao transcender a individualidade, ao prolongar o ramo comunitário no qual já se ramifica um povo originário como o *nahua*, que, por sua vez, brota do tronco da humanidade, que faz parte da árvore de tudo que existe no universo de mineral, vegetal, animal e cultural. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.41)

Ao clarear a visão de coletividade que opera nas dinâmicas relacionais dos povos originários tais como os *nahua* vemos que este fenômeno opera, por vezes, atrelada à uma questão espiritual; o coletivo é tido, portanto, como uma *extensão do eu*, bem como uma nota que reverbera no mesmo tom das manifestações da natureza, do universo *humano e inumano*. Opera aqui um contraste nítido entre o sujeito cartesiano, tal como se postula hoje na psicologia moderna, e a concepção destas civilizações, uma vez que o indivíduo jamais será trabalhado enquanto fechado em si, mas enquanto um *continuum* do que o circunda, coexistindo em igual valor com outros elementos de sua concretude. Tratamos aqui de uma perspectiva bastante abordada na obra de Cuéllar (2022), que busca contemplar as diversas manifestações e expressões de caráter simbólico-imagético utilizadas no intuito de reconhecer o papel *comunitário*, como pelo cunhar da expressão *todo-nosótrico*, postulado no que se sucede:

Lenkersdorf contrastou o sujeito cartesiano de nossa psicologia, o eu isolado e fechado em si mesmo, com o indígena “incorporado em um todo nosótrico”, um todo que “não é a soma de tantas individualidades”, mas “uma só coisa, um todo”, uma “entidade qualitativamente distinta”. Temos aqui uma entidade subjetiva comunitária que se expressa linguisticamente pela repetição incessante da desinência tik, indicativa de *nosotros* (nós), nas línguas *tseltal* e *tojolab'al* de Chiapas. Falar essas línguas exige que repitamos tik uma e outra vez, como que nos recordando que se trata de nós, que somos nós que falamos de nós mesmos antes que de cada um de nós. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.44)

Esta discussão faz-se relevante para que se note o caráter profundamente psíquico desta estruturação civilizacional, de forma que esta perspectiva vai influir diretamente no cotidiano do indivíduo. Trata-se de compreendê-lo, portanto, enquanto uma pequena fração de seu coletivo, ao mesmo tempo em que é, também, o *todo*, o produto final desta equação manifestado na sua singularidade, mas jamais restrito à ela. Um sujeito desavisado poderia questionar o uso de pautar este estudo no caso de um trabalho a ser conduzido integralmente com pacientes *não*-indígenas; pois a resposta reside justamente em compreender que, por vezes, muitos dos desafios e percalços no caminho da Psicologia contemporânea seriam superados caso imperasse uma perspectiva outra de *sociedade*, não apenas de *indivíduo*.

O profissional psicólogo precisa ter o passe para trabalhar reflexões que perspectivem uma nova formatação social, de imbuir o paciente de questionamentos que o levem a uma visão multifacetada de sua própria organização social e de seus padrões relacionais, além de seus dogmas. É a partir do desenvolvimento deste pensamento crítico que o sujeito pode passar a perceber os mecanismos sociais que pervertem a responsabilização do sofrimento única e exclusivamente a si próprio. Ainda sobre esta necessidade de libertação da Psicologia, vejamos:

A psicologia da libertação é muito diferente da psicologia desenvolvida nos “centros” superdesenvolvidos do mundo e demonstra que a forma como a psicologia se desenvolve nos centros refletirá o seu local de origem na forma que toma. Há uma suposição na psicologia ocidental de que a psicologia individual deve ter um centro - e essa suposição é uma função do velho pressuposto colonial de que sistemas políticos e econômicos só podem funcionar bem existirem “centros” para guiá-los. Este pressuposto reforça o individualismo da psicologia ocidental e as formas de psicologização que operam fazendo com que cada pessoa sinta que tem uma pequena “psicologia” no seu interior. (Parker, 2014; p,182)

Posto esta questão, é de equivalente relevância que se perpassasse o princípio da *dualidade* que impera sobre as ciências da área da saúde na perspectiva dos estudos científicos cartesianos do mundo ocidental, que repartem o indivíduo entre o *psíquico* e o *corporal* (ou fisiológico), numa espécie de fragmentação do sujeito que também encontra sua gênese na estruturação mesma da civilização eurocentrada; estando evidente, a esta altura, que essa ideia jamais imperou entre as civilizações originárias. Essa separação não possui caráter natural, mas é expressão da leitura de mundo dos povos brancos; tratamos, anteriormente, sobre o mérito da *compartimentalização* do indivíduo, aqui vemos que essa forma de trabalhar e ler o ser humano vem imbuído de uma carga histórica, sendo que a história recente apenas *intensificou* esse processo, munindo-se de um aparato prévio que norteava a filosofia e a ciência do homem branco.

Para os povos indígenas mesoamericanos esta forma de ler o sujeito jamais encontraria respaldo, o indivíduo é trabalhado à partir de uma ótica *monista*, em sua integralidade enquanto parte de *si* e do *todo*; o fisiológico é consonante ao psíquico e ambos são uma reverberação do *todo*, o sujeito está sempre em continuidade, é construído pelo universo enquanto constrói, simultaneamente, este mesmo universo, em todas as suas expressões. Sobre o *monismo* e a *dualidade*, temos:

Em contraste com o dualismo psicológico, o monismo do pensamento mesoamericano concebe o psíquico e o corporal como dois aspectos de uma mesma unidade subjetiva. Tal concepção monista da subjetividade é correlata da concepção também monista da relação entre o sujeito e o mundo, entre as ideias e as coisas, entre o espírito e a matéria. Há aqui o que o Jacinto Arias, no universo *tsotsil* e *tseltal*, descreveu como uma “identificação entre o mundo interior do intelecto e o mundo exterior”, o que lhe recorda “o modo em que Platão considerava que os conceitos existiam objetivamente como tais no outro mundo (o mundo das ideias) e na realidade ou no mundo visível sempre e quando reflexo do primeiro”. Por trás da aparente semelhança, há uma diferença abismal entre o idealismo objetivo platônico e o materialismo monista mesoamericano: o primeiro traça uma distinção nítida entre a sombra material e sua verdade ideal original, enquanto o segundo reconhece a continuidade e inclusive a identidade entre a idealidade e a materialidade. É por isso que os indígenas da Mesoamérica estão em condições de representar a corporeidade do anímico onde Platão só podia ver o corpo como uma prisão da alma. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.112)

No presente capítulo foi possível esboçar a forma como o colonialismo teve parte na forma que os povos originários estabeleceram de se organizar, relacionar e existir no mundo, mas jamais teve sucesso em moldar estas civilizações à própria semelhança. Nota-se, portanto,

uma forma sistemática de resistência, ampliando-se para os conteúdos metafísicos e espirituais, atribuindo símbolos mitológicos que conversam com a dinâmica na qual foram submetidos à revelia dos próprios interesses e objetivos enquanto força comunitária e civilização. Justamente devido a essa raiz histórica, a perspectiva de sujeito também foi concebida a partir de um outro paradigma, dando luz à uma maneira distinta de trabalhar o conteúdo psíquico e as questões individuais, construindo pontes onde o pensamento ocidental tradicional tendia a erguer barreiras. Portanto, consideramos que as contribuições desses povos vão para além de suas características de organização individuais, mas podem corroborar com a concepção de uma nova percepção do mundo globalmente, principalmente ao tratar com pessoas que, tais como eles, são sistematicamente oprimidas; seja no contexto urbano, seja no campesinato, quilombos, ruas e vielas; isso justamente por possibilitar ao sujeito reintegrar-se numa noção de coletivo.

Evidente que a aplicabilidade de conceitos e ideias manifestam-se de acordo com a concretude e a realidade de cada civilização, sendo que não se trata de importar práticas à risca e esperar que se expressem de forma equivalente em outro universo cultural, relacional e social, mas de ressignificar a leitura de mundo do indivíduo, confrontando os valores típicos de sua própria origem ao apresentar uma nova perspectiva. Exemplo prático disso é a relação com as forças da natureza, sendo que a forma vigente de enxergar a questão no mundo ocidental é a da exploração, da desmesura e do domínio, o que difere substancialmente da percepção de grande parte dos povos originários, tais como os *cakchiqueles*, conforme vemos em:

Ao contrário dos europeus e dos que deles procedemos no mundo inteiro, os cakchiqueles e outros grupos mesoamericanos mantêm uma relação mais harmoniosa com a terra porque não ignoram que brotam e vivem dela. Eles se reconhecem como corpo e como parte do mundo material. Sabem que a materialidade mineral, vegetal e animal constitui tudo o que são. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.109)

Outra questão recorrente no ambiente clínico é o *luto*, tema de debate e discussão na área da Psicologia, da Psiquiatria e da Filosofia (mas não apenas) por séculos a fio. Portanto, é relevante debruçarmos sobre a percepção destas civilizações sobre o referido tema, justamente para que notemos a multiplicidade de leituras possíveis diante dessa questão, sendo que o

único ponto em comum que circunda as mais diversas noções reside na sua *inevitabilidade*. Vejamos, portanto, a contribuição dos *nahuas* ao que concerne este ponto:

Não havendo mais que a vida, o melhor que podemos fazer é desfrutá-la. É o conselho de vários poemas nahuas. Um de Nezahualcóyotl nos exorta enfaticamente a “sermos felizes” antes de morrer. Outro recomenda que “em paz e prazer passemos a vida” enquanto vemos a morte diante de nossos olhos. Ainda outro nos convida a “gozar” porque “não duas vezes se vem à terra”. Como vemos, os pensamentos subjacentes à recomendação de ser feliz convergem no caráter único, finito e breve da vida, bem como na iminência da morte. É na tensão de ser para a morte, na valente consciência da própria mortalidade, sem consoladoras ilusões como as do cristianismo europeu, que os nahuas optam pela felicidade nesta vida. (Pavón-Cuéllar, 2022; p.95)

Postulados os referidos temas, notamos a multiplicidade de formas e leituras do mundo para além da típica visão eurocêntrica da qual somos constantemente nutridos, cabendo integralmente a nós atribuir valor à estas visões, não de uma forma *utilitarista*, mas respeitosa, que busque lançar luz a sabedoria milenar de diversas civilizações escanteadas e oprimidas no cruel processo colonial de supressão étnica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a estruturação argumentativa do presente trabalho destacamos as principais problemáticas que hoje assolam o campo da Psicologia de maneira geral, ao passo que abordamos alguns pontos pertinentes na linearidade dos eventos que ocorreram para que, hoje, chegássemos a forma vigente de enxergar e trabalhar este campo do saber. Foram perpassados os pormenores sociais de caráter organizativo que influem necessariamente na prática do profissional psicólogo, visando compreender o quão nociva a ótica neoliberal do “cuidado” pode ser no cotidiano dos estudantes, clínicos e pesquisadores que se debruçam neste campo.

Consta-se, portanto, que uma das grandes perdas decorrentes deste processo é a fragilização do potencial de abstração, sendo que o esvaziamento simbólico de questões referentes à própria existência neste mundo, da relação *sujeito-universo*, do processo de enlutamento e diversas outras questões de natureza filosófica são apenas alguns dos exemplos mais diretos desta brutalização racional; eis aqui a necessidade de lançarmos luz à universalidade dos povos originários, de apelarmos ao monismo *nahua* e a leitura da coletividade enquanto continuidade do sujeito, que reverbera em diversos povos da mesoamérica. Descentralizar diz respeito, primordialmente, à capacidade de enxergar as contribuições de civilizações não-brancas enquanto formas de conhecimento dignas de atenção e consideração na concepção do saber científico, trata-se de um trabalho cuidadoso de desmantelamento de barreiras, sendo estas meticulosamente construídas em preceitos *etnofóbicos* e *racistas* de invalidação desses saberes.

É seguro dizer que um dos enfoques principais da pesquisa reside justamente em reconhecer as estruturas e normativas sociais que regem o grande conglomerado mercadológico que tornou-se a civilização ocidental, de maneira que mesmo parte dos dogmas e aparatos simbólicos corroboram para uma perpetuação individualista e, por consequência, individualizante do *estar* em vida, do convívio, tanto a nível *intra-espécie* quando a nível *pluri-espécie*, considerando que a relação entre o ser humano, a fauna e a flora são igualmente

dignas de nota. No processo de enrijecimento dessa rede de capitalização diversos foram as potencialidades e valores humanos negociados, numa tônica constante de compartimentalização que buscava, sistematicamente, afastar o indivíduo do *compartilhar*, fazendo com que tivesse como destino final o *competir*. Evidente que esse imperativo jamais terá êxito por completo, já que mesmo diante dos cenários mais desastrosos o ser humano, de forma geral, tende a apelar à necessidade de *fazer-se social*, sendo que esse “sentido” vigora ainda com mais força em populações marginalizadas, que tendem a ter um senso de comunidade fortalecido por um vínculo mútuo que gira não só em torno da necessidade material, mas da necessidade *afetiva*. Este mérito explicita o quão contraditória é a psicologia quando, na intenção do cuidado, acaba por empregar retóricas individualizantes que realizam justamente o caminho oposto do apelo à este afeto, do caminho antagônico de guiar o indivíduo a notar a presença de sua *humanidade* nos valores e pessoas que o circundam, ainda que diante um cenário desastroso.

A pesquisa acadêmica é uma forma concreta de passar a olhar para as populações e povos oprimidos sobre uma outra ótica, ótica esta que reconheça o valor da contribuição dessas civilizações para o enrijecimento de uma nova prática; não apenas na área da psicologia, mas em todos os campos do saber, uma vez que uma infinidade de temas já foram contemplados por estes grupos. Não trata-se de usurpar os saberes e estudos para si, mas justamente de estabelecer as limitações que a própria estrutura de organização social ocidental possui, tanto à nível de conhecimento prático quanto à nível de conhecimento teórico. Persistir pesquisando estas civilizações é um dos caminhos para imaginar o *mundo* de forma múltipla, é inverter a lógica de *valor* e entender esse mérito para além de uma compreensão monetária mercantil do que é ou não *valioso*, passando a ter como bem a ser defendido justamente essa relação do sujeito com o universo que o circunda, sendo o homem apenas uma *continuidade* do todo.

5. REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. Os condenados da terra. 1. ed. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira *et al.* Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 191 p.

CÉSAIRE, Aimé. *Discursos sobre o colonialismo*. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46

FRANCO, Fábio; LEMES DE CASTRO, Julio Cesar; MANZI, Ronaldo; SAFATLE, Vladimir; AFSHAR, Yasmin. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 47-75.

DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÊTRE, Pierre (Orgs.). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021. 364 p.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. Medicalização da vida: Reflexões sobre sua produção cultural. In: AMARANTE, Paulo; PITTA, Ana Maria Fernandes; OLIVEIRA, Walter Ferreira de (Orgs.). *Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política*. São Paulo: Zagodini, 2018. p. 11-15. 176 p.

FURTADO, Mariama. Regulação biotecnológica do sofrimento e evicção do sujeito: efeitos sobre a condição humana. In: AMARANTE, Paulo; PITTA, Ana Maria Fernandes; OLIVEIRA, Walter Ferreira de (Orgs.). *Patologização e medicalização da vida: epistemologia e política*. São Paulo: Zagodini, 2018. p. 40-55. 176 p.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. *Além da Psicologia Indígena: Concepções Mesoamericanas da Subjetividade*. Tradução de Anna Turriani 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2022.

JAPPE, Anselm. *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Tradução de Júlio Henriques. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021. 336 p.

FISHER, Mark. Realismo Capitalista. Tradução de Rodrigo Gonçalves *et al.* 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 218 p.

MISES, Ludwig von. *Socialism: an economic and sociological analysis*. Liberty Classics, 1922. 596 p.

PARENTI, Michael. *O Imperialismo Americano, o Terceiro Mundo e a Guerra Fria*. [vídeo]. Colorado, EUA, 1986. Publicado em: 15 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8grjwOqnwFo>. Acesso em: 4 out. 2024

MAIA, Heribaldo. *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*. 1. ed. Ruptura, 2022. 184 p.

GUERRA, Paula. Absolute beginning: ensaio sobre a emergência do rock'n'roll. Música Popular em Revista, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 146–164, 2016. DOI: 10.20396/muspop.v3i2.13010. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/muspop/article/view/13010>. Acesso em: 5 out. 2024

NADER, André. *O Não ao manicômio: Fronteiras, estratégias e perigos*. 1. ed. Benjamin Editorial, 2019. 144 p.

BOLLINGER, Michele. Leonard Peltier e a luta indígena por liberdade. *International Socialist Review*, 20 jun. 2009. In: MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (Orgs.). *Raça, classe e revolução*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

KONCHINSKI, Vinicius. Sabesp é privatizada com perda de pelo menos R\$ 4,5 bilhões para os cofres de SP. *Brasil de Fato*, 22 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/07/22/sabesp-e-privatizada-com-perda-de-pelo-menos-r-4-5-bilhoes-para-os-cofres-de-sp>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PARENTI, Michael. O que fazem os impérios; 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/orgdemo/noticias/o-que-fazem-os-imperios---por-michael-parenti---2-marco-2010/>. Acesso em: 3 out. 2024.

FERREIRA NETO, João Leite; PENNA, Lícia Mara Dias. Ética, clínica e diretrizes: a formação do psicólogo em tempos de avaliação de cursos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 381-390, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a16>. Acesso em: 04 out. 2024.

LEONARDI, Jan Luiz; MEYER, Sonia Beatriz. Prática baseada em evidências em psicologia e a história da busca pelas provas empíricas da eficácia das psicoterapias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 2, p. 315-322, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7kfdXmcqnXkY7gtKnhX5VZS/>. Acesso em: 4 out. 2024.

BERG, Henrik. How does evidence-based practice in psychology work? – As an ethical demarcation. *Philosophical Psychology*, v. 32, n. 6, p. 855-875, 2019. DOI: 10.1080/09515089.2019.1632424.